



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/ORDINÁRIA/CONSUNI/2024/SG-DC

1 Aos 26 dias do mês de março do ano de 2024, no horário das 14h, na Sala dos Conselhos, Torre
2 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos Estados, 5001,
3 Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a I sessão ordinária do
4 Conselho Universitário (ConsUni) da Universidade Federal do ABC (UFABC) do ano 2024,
5 previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, Dácio Roberto Matheus, com a
6 presença dos seguintes **conselheiros**: Mônica Schröder, vice-reitora; Ana Lúcia Geraldo,
7 representante titular técnica-administrativa; Anderson Orzari Ribeiro, representante titular
8 docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Bruna Mendes de Vasconcellos,
9 representante suplente docente do CCNH; Charles Morphy Dias dos Santos, pró-reitor de Pós-
10 Graduação; Cíntia Madalena Lourenço, representante titular discente de Graduação; Cristiane
11 Otero Reis Salum, representante titular docente do Centro de Matemática, Computação e
12 Cognição (CMCC); Daniel Mendes Gomes, representante suplente docente do CCNH; Daniel
13 Pansarelli, pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Edson Pinheiro
14 Pimentel, pró-reitor de Extensão e Cultura; Érica Terceiro Cardoso, representante suplente
15 técnica-administrativa; Fernanda Graziella Cardoso, pró-reitora de Graduação; Fernando Luís da
16 Silva Semião, representante titular docente do CCNH; Francisco José Gozzi, representante titular
17 docente do CMCC; Gilberto Marcos Antonio Rodrigues, representante titular docente do Centro
18 de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Giovani Pinheiro da Silva,
19 representante suplente discente de Pós-Graduação; Guadalupe Maria J. A. de Almeida,
20 representante titular docente do CECS; Ketelyn Karina Silva, representante titular discente de
21 Graduação; Leonardo José Steil, representante suplente docente do CCNH; Lilian Santos Leite
22 Menezes, pró-reitora adjunta de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Luiz Renato
23 Martins da Rocha, representante titular docente do CMCC; Marcelo Furlin, membro da
24 comunidade civil externa; Márcio Fabiano da Silva, representante titular docente do CMCC;
25 Maria Fernanda Meneguelli Soella, representante titular discente de Graduação; Maria Isabel M.
26 V. Delcolli, representante titular técnica-administrativa; Nazar Arakelian, representante titular
27 docente do CMCC; Nivaldo Benedito Ferreira Campos, representante titular docente do CECS;
28 Paulo Henrique de Sousa Pinheiro, representante suplente discente de Graduação; Paulo Sérgio
29 da Costa Neves, representante suplente docente do CECS; Regimeire Maciel, representante
30 titular docente do CECS; Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha, diretor do CCNH; Roseli
31 Frederigi Benassi, vice-diretora do CECS; Sara Cid Mascareñas Alvarez, pró-reitora de
32 Administração; Tatiana Lima Ferreira, diretora do CMCC; Vanessa Lucena Empinotti,
33 representante suplente docente do CECS; Vitor Gabriel Bucieri Theodoro, representante titular
34 discente de Pós-Graduação; Vladislav Kupriyanov, representante suplente docente do CMCC;
35 Wagner Alves Carvalho, pró-reitor de Pesquisa. **Ausências justificadas**: Caroline Barbosa
36 Silvério, representante titular técnica-administrativa. **Ausentes**: Márcia Aparecida Sperança,
37 representante titular docente do CCNH; Silvia Monice Muiramomi, membro da comunidade
38 civil externa. **Não votantes**: Carolina Moutinho Duque de Pinho, secretária-geral; Ângela
39 Terumi Fushita, coordenadora geral do Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas (Netel);
40 Arthur Henrique O. R. Silva, discente de Graduação; Bianca Barboza Bertolotto, discente de

41 Graduação; Dalmo Mandelli, assessor de Relações Internacionais (ARI); Fábio Danilo Ferreira,
42 diretor da Agência de Inovação (InovaUFABC); Gabriel dos Reis Santos, representante suplente
43 discente de Graduação; Gláucia Bambirra Silveira, chefe da Divisão de Parcerias da
44 InovaUFABC; Isabela da Costa Barreto, representante suplente discente de Graduação; João
45 Paulo Gois, pró-reitor adjunto de Pós-Graduação; Leonel de Miranda Sampaio, pró-reitor
46 adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Marcelo Salvador Caetano, pró-reitor
47 adjunto de Graduação; Maurício Richartz, vice-diretor do CMCC; Suze de Oliveira Piza,
48 demandante; Valmir Barbosa de Castro, Divisão de Parcerias da InovaUFABC. **Apoio**
49 **administrativo**: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Jeanderson Carlos
50 de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes em administração da Divisão de
51 Conselhos da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente abre a sessão às 14h10, com
52 os **Informes da Reitoria**: 1) o presidente dá posse e as boas-vindas aos novos conselheiros
53 eleitos e passa a palavra para a secretária-geral, Carolina Moutinho Duque de Pinho, que faz a
54 leitura dos nomes, titulares e suplentes, respectivamente: (i) discentes de graduação: Cíntia
55 Madalena Lourenço e Gabriel dos Reis Santos; Kananda Alves Santos e Paulo Henrique de
56 Sousa Pinheiro; Ketelyn Karina Silva e Isabela da Costa Barreto; Maria Fernanda Meneguelli
57 Soella e Gustavo Alfredo Cordeiro; (ii) discentes de pós-graduação: Tamara Jarosi Handajevsky
58 e Giovani Pinheiro da Silva; Vitor Gabriel Bucieri Theodoro e Juliana Geromel; (iii) docentes do
59 CMCC: Luiz Renato Martins da Rocha e Priscila Benitez; 2) o presidente solicita, em virtude da
60 posse dos novos conselheiros, e de acordo com o inciso V, do Art. 2º, da Resolução ConsUni nº
61 145, a indicação de 1 chapa representante dos discentes de graduação, 1 chapa representante dos
62 discentes de pós-graduação para compor a Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa
63 (Canoa) e relembra que a Comissão permanece, há algum tempo, sem representação docente,
64 reiterando a necessidade de mais essa indicação. Questiona se os discentes já possuem as
65 indicações. Ao que os alunos da graduação indicam Paulo Henrique de Sousa Pinheiro, como
66 titular, e Kananda Alves Santos, como suplente, e os alunos da pós-graduação indicam Vitor
67 Gabriel Bucieri Theodoro, como titular, e Juliana Geromel, como suplente. Dácio Matheus
68 questiona se há alguma objeção ou observação quanto aos indicados. Não havendo objeções,
69 consideram-se as indicações homologadas. Não há indicação docente. Ressalta que a Canoa é o
70 espaço onde se discute e são dados os principais encaminhamentos acerca das questões
71 administrativas e orçamentárias da UFABC; 3) o presidente solicita a ratificação dos
72 representantes eleitos para comporem a Comissão Permanente de Acompanhamento da Política
73 de Diversidade Sexual e de Gênero (CDSG), de acordo com o Art. 26 da Resolução ConsUni nº
74 223, que determina que a CDSG será composta por representante dos diferentes segmentos da
75 UFABC e terão seus nomes referendados pelo ConsUni. Passa a palavra para Carolina Pinho que
76 faz a leitura dos nomes, titulares e suplentes, respectivamente: (i) discentes de graduação: Pol
77 Debb Miki Iryo Silva e Laura Ferraz do Nascimento; (ii) discentes de pós-graduação: Roberta
78 Moya Oliveira e Amanda Luzia Recke; (iii) técnicas-administrativas: Soraya Aparecida Cordeiro
79 e Renata Tonelotti; (iv) docentes: Alessandra Teixeira e Roberta Guimarães Peres. O presidente
80 questiona se há alguma objeção quanto aos nomes indicados. Não havendo objeções, as
81 indicações são consideradas homologadas; 4) informa acerca do Relatório de Atividades da
82 Comissão Permanente de Convênios (CPCo) realizadas no ano de 2023 e, como nos anos
83 anteriores, solicita que quaisquer dúvidas e questionamentos sejam encaminhados diretamente à
84 Comissão ou apresentados na próxima sessão do ConsUni; 5) passa a palavra ao pró-reitor de
85 Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Daniel Pansarelli, para um informe acerca da
86 situação orçamentária da UFABC no contexto que permeia a Lei Orçamentária Anual (LOA),
87 aprovada ao final de 2023. Daniel Pansarelli inicia a apresentação comunicando que a UFABC
88 vem enfrentando uma situação orçamentária difícil nos últimos anos, porém, afirma que este ano
89 a universidade enfrentará uma situação ainda mais grave que nos anos anteriores. Chama atenção

90 para uma nota da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
91 Superior (Andifes), na qual se declara a redução sistemática dos recursos destinados para
92 funcionamento e investimento que as universidades federais vêm enfrentando e,
93 simultaneamente, o aumento do número de universidades, localizadas principalmente no interior
94 do país, e do número de vagas e de cursos de graduação e de pós-graduação. Ademais, a nota
95 afirma que, além de formarem pessoas com excelência reconhecida nacional e
96 internacionalmente, as universidades federais realizam a maior parte das pesquisas no país e têm
97 ampliado cada vez mais a sua atuação na sociedade, como presenciado durante a pandemia de
98 Covid-19 e nas diversas ações diretas para a melhoria da vida da população brasileira. No
99 entanto, todo o esforço das universidades federais em prol do povo brasileiro não encontra
100 sustentação em orçamento minimamente adequado. Apresenta um gráfico explicitando a
101 involução do orçamento da UFABC desde 2015, ressaltando que, em 2024, mesmo em valores
102 nominais, o orçamento tanto de custeio como de investimento, é substancialmente inferior ao que
103 fora recebido há 10 anos. Em vista disso, a capacidade de conduzir as obras, adquirir e repor os
104 equipamentos, sejam de ensino ou pesquisa, ficou muitíssimo limitada. Tal situação se agrava
105 quando se integra a isso a inflação acumulada nesses anos, que através do Índice Nacional de
106 Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calcula-se que a UFABC deveria ter seu orçamento
107 ajustado em 67,31%, somente considerando o reajuste do valor em relação à inflação de janeiro
108 de 2015 a dezembro de 2023. Traduzindo em valores, esclarece que a UFABC deveria receber
109 cerca de R\$ 100 milhões e receberá, de acordo com a LOA, aproximadamente R\$ 53 milhões.
110 Ademais, informa que durante a pandemia, com a UFABC total ou parcialmente em atividade
111 remota, obteve um alívio nos custos de manutenção e funcionamento, porém, que com o retorno
112 das atividades presenciais em 2023, diversos contratos precisaram ser revistos, além da
113 necessidade dos reajustes das bolsas e auxílios da graduação e da pós-graduação. Pontua que, em
114 2023, a UFABC, juntamente com R\$ 3,8 milhões de custeio recebidos por meio de Emendas
115 Parlamentares, recebeu R\$ 57,8 milhões. Contudo, a Universidade custou, nesse mesmo ano, R\$
116 59,8 milhões, ou seja, R\$ 2 milhões a menos do que recebeu de orçamento. Afirma que a
117 UFABC somente não parou em 2023, devido a Restos a Pagar de valores empenhados em 2022.
118 Para 2024, há a previsão de inauguração da Unidade Tamanduatehy, além da inflação e dos
119 reajustes de diversos serviços e contratos continuados, estima-se que a Universidade custará em
120 torno de R\$ 64 milhões. Com o recebimento de R\$ 57,8 milhões, aprovados na LOA, a UFABC
121 prevê que fechará o ano R\$ 6,2 milhões no negativo, afirmando que esse é o cenário mais grave
122 vivido e ressalta que neste ano não há valores em Restos a Pagar suficientes para cobrir o
123 montante negativado. Por fim, informa que esta não é uma situação exclusiva da UFABC, dentre
124 as instituições federais de ensino superior. O presidente complementa que desde janeiro o
125 conjunto das universidades tem insistido na necessidade de recomposição do orçamento. Informa
126 que na última reunião dos dirigentes da Andifes com o Ministro da Educação, Camilo Santana,
127 houve uma sinalização acerca da possibilidade da recomposição entre o Projeto de Lei
128 Orçamentária (PLOA) e a LOA, de cerca de R\$ 250 milhões do orçamento para o conjunto das
129 universidades, que ainda está muito distante das necessidades das instituições. Ainda, relata que
130 há uma série de negociações tanto com o Ministério da Educação (MEC), quanto com o
131 Ministério do Planejamento, a Casa Civil, a Secretaria de Relações Institucionais e as lideranças
132 do Congresso Nacional, no intuito da recomposição orçamentária equivalente a 2010, com a
133 correção pelo IPCA. Ademais, esclarece que, enquanto o Decreto de Execução Orçamentária não
134 é aprovado, só é possível executar 1/12 do que foi aprovado na LOA. Habitualmente, essa
135 parcela resolve os principais contratos e as primeiras despesas do ano, de acordo com as
136 prioridades que a UFABC estabelece na Resolução de Diretrizes Orçamentárias (RDO), ressalta,
137 porém, que se esse cenário permanecer, começarão a surgir dificuldades na execução do
138 orçamento e são necessárias inversões nas previsões, no intuito de poder atender ao que está

139 estabelecido na RDO. Por fim, comunica que se espera, em breve, a aprovação do Decreto de
140 Execução, facilitando a alocação de recursos na Universidade. **Informe das conselheiras e dos**
141 **conselheiros**: 1) a conselheira Ketelyn Karina Silva passa a palavra para a discente Isabela da
142 Costa Barreto que solicita que seja dada especial atenção às demandas de mães e pais da UFABC
143 para que o ambiente universitário seja mais acolhedor. Como uma das demandas, está a
144 implementação do Espaço Marielle Franco no *campus* de Santo André e a mudança do
145 mobiliário do Espaço no *campus* de São Bernardo, afirmando que na reunião realizada com a
146 Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) responsável pelo espaço,
147 não foram determinadas as datas para a realização das demandas e os alunos solicitam que os
148 prazos sejam determinados, garantindo a permanência de mães e pais na Universidade; 2) o
149 conselheiro Gabriel dos Reis Santos passa a palavra para a conselheira Ketelyn Karina Silva que
150 ressalta a importância da UFABC na produção acadêmica sobre gênero e sobre a sobrecarga das
151 mulheres na sociedade, porém as servidoras e estudantes mães ainda enfrentam dificuldades, não
152 tendo onde deixar seus filhos e reitera as solicitações da discente Isabela Barreto; 3) o
153 conselheiro Paulo Henrique de Sousa Pinheiro solicita maior atenção da gestão à permanência
154 estudantil, principalmente no que se refere à qualidade e aos valores cobrados no Restaurante
155 Universitário (RU), reiterando a necessidade do aumento do subsídio para alimentação dos
156 estudantes. Ademais solicita a manutenção da cobertura no ponto de espera do fretado no
157 *campus* de Santo André que se encontra muito deteriorado, deixando os alunos debaixo de sol e
158 chuva, além de demandar a implementação de cota de impressão aos estudantes, tendo em vista
159 que muitos docentes cobram textos que não fazem parte do acervo da biblioteca da UFABC. Por
160 fim, requisita que a gestão forneça resposta às solicitações dos alunos até o dia 12 de abril, data
161 que ocorrerá a reunião do Diretório Central dos Estudantes (DCE) com a Reitoria. O presidente
162 reforça o compromisso da gestão em tratar das demandas dos alunos na reunião mencionada; 4) a
163 conselheira Maria Fernanda Meneguelli Soella passa a palavra para a discente de graduação,
164 Bianca Barboza Bertolotto, que lamenta a ausência de representação docente durante todo o ano
165 de 2023 na Canoa, tendo em vista as fortes demandas dos docentes em relação ao orçamento da
166 UFABC e faz votos para que haja alguma manifestação até a próxima reunião do ConsUni.
167 Ademais, propõe a apresentação de uma Moção pela memória do 60º aniversário do Golpe de
168 1964, elaborada pelos alunos, a convite e com o auxílio do professor e conselheiro Gilberto
169 Rodrigues, e passa à leitura do documento. No ensejo, propõe a promoção do item à Ordem do
170 Dia para deliberação entendendo a importância de não se deixar passar sem memória esta data,
171 pois considera que ainda hoje há muito que se avançar, além dos diversos ataques às
172 universidades com o crescimento do fascismo. O presidente agradece os alunos pela elaboração
173 do documento e aproveita a ocasião para convidar a todos a participarem do evento “60 anos do
174 golpe de 1964: não esquecer para nunca mais acontecer”, no dia 02 de abril, no *campus* de São
175 Bernardo do Campo, às 19h, no intuito de lembrar esse período que marca a ditadura cívico-
176 militar no Brasil e todos os retrocessos que trouxe ao país, que contribuiu enormemente para a
177 história e para os atrasos que ainda nos campeiam. Em discussão, o presidente questiona acerca
178 do título da moção, tendo em vista que a palavra “aniversário” pode conotar leveza ao momento.
179 Ao que o conselheiro Gilberto Rodrigues argumenta que o uso da palavra tem o sentido de que a
180 memória, a verdade e a justiça não fiquem para trás, e que enquanto ConsUni, não é algo trivial
181 que se possa aprovar esta Moção, considerando as constantes barbáries acontecidas no país.
182 Ressalta que a UFABC tem se destacado por ser uma parceira de primeira ordem da democracia
183 e da proteção dos direitos humanos, com grande protagonismo deste Conselho, e ratifica a
184 importância da aprovação do documento. No ensejo, o presidente sugere que o título seja
185 alterado para “Moção pela Memória do 60º ano do Golpe de 1964”. Havendo concordância por
186 parte dos proponentes e dos conselheiros, considera-se o título modificado. Não havendo
187 comentários adicionais, encaminha o documento para votação. Moção aprovada por

188 unanimidade; 5) a conselheira Érica Terceiro informa que, no dia 14 de março, os técnicos-
189 administrativos (TA) da UFABC deflagraram greve em prol da reestruturação da carreira e da
190 recomposição salarial dos TA, entre outras reivindicações. No ensejo, propõe uma Moção de
191 apoio às pautas desta luta, solicitando suporte do Conselho e da comunidade acadêmica, tanto
192 participando dos atos, quanto em sua divulgação. Antes Da Leitura Do Documento, O Presidente
193 informa que ao final desta sessão será feita uma apresentação, elaborada pelo Sindicato dos
194 Trabalhadores das Universidades Federais do ABC (SinTUFABC), acerca do que vem a ser a
195 proposta de reestruturação da carreira, ressaltando que esta apresentação foi levada à reunião da
196 Andifes. No ensejo, manifesta o apoio da Reitoria na reestruturação do Plano de Carreira dos
197 Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), além do apoio à recomposição
198 salarial, afirmando que foi apresentado um Ofício a Esther Dweck, ministra da Gestão e da
199 Inovação em Serviços Públicos, solicitando que a Mesa de Negociação acelere as negociações e
200 venha a resolver, a bom termo, a questão da greve, tendo em vista que a reestruturação da
201 carreira garante, no mínimo, a permanência dos TA no quadro de servidores da UFABC, vital
202 para o funcionamento da Universidade. A conselheira Érica Terceiro passa à leitura da Moção de
203 Apoio à Recomposição Salarial e à Reestruturação da Carreira das Trabalhadoras e
204 Trabalhadores técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior
205 (IFES). Em discussão não há questionamentos, ao que o presidente encaminha o documento para
206 votação. Moção aprovada por unanimidade; 6) a conselheira Maria Isabel Delcolli informa que a
207 UFABC recebeu, na semana anterior, a visita de Renovação de Reconhecimento de Curso para o
208 Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T), que recebeu nota máxima, assim como todos os
209 cursos que foram avaliados após o término da pandemia. Também comunica que foi solicitado
210 ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o adiamento
211 da visita de reconhecimento do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H), em virtude
212 da greve, afirmando que a solicitação fora deferida. Comunica que também foi solicitado, porém
213 ainda sem resposta, o adiamento da visita para o reconhecimento do Bacharelado em
214 Matemática, pelos mesmos motivos; 7) a conselheira Roseli Benassi parabeniza a todos pelas
215 notas máximas obtidas nas avaliações do INEP, mesmo nas condições orçamentárias adversas
216 que a UFABC tem enfrentado; 8) o conselheiro Wagner Carvalho informa acerca das atividades
217 de Pesquisa, que desde o início da Universidade tem sido fator de reconhecimento, nacional e
218 internacionalmente, da qualidade das pesquisas realizadas. Pontua a necessidade de ampliação e
219 manutenção da infraestrutura, porém entende a necessidade de se buscar outras fontes de
220 financiamento, considerando-se o cenário orçamentário desfavorável, para garantir recursos
221 adequados. Informa que, a partir de 2023, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) obteve
222 um aumento considerável nos recursos que foram utilizados, majoritariamente, para manutenção
223 e modernização dos equipamentos de pesquisa dos laboratórios multiusuários e ressalta que a
224 UFABC fará submissão de projetos nos três editais abertos pelo Finep. O presidente
225 complementa informando que solicita reiteradamente, nas diversas reuniões que participa, que as
226 universidades devem ser reconhecidas efetivamente como espaço de pesquisa e que sejam
227 apoiadas em sua manutenção; 9) o conselheiro Luiz Renato Martins da Rocha questiona acerca
228 do fechamento da enfermaria em ambos os *campi* e se há previsão para sua reabertura. Em
229 resposta, o presidente esclarece que, à época, foi publicada uma edição do *Comunicare*, em
230 dezembro de 2023, contendo todo o histórico acerca desse processo e as novas diretrizes para o
231 atendimento das questões de saúde, mas, caso seja de interesse deste Conselho, seria possível
232 retomar o assunto em formato de Pequeno Expediente; 10) o conselheiro Charles Morphy
233 informa acerca de uma apresentação que realizou, como presidente do Fórum Nacional de Pró-
234 Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP), em uma audiência pública no Senado Federal,
235 sobre a perspectiva da pesquisa e da pós-graduação para os próximos anos, além da importância
236 dos pós-graduandos entrarem no regime previdenciário e de as universidades, institutos federais

237 e agências de fomento terem um viés crescente de financiamento. Informa, também, acerca da
238 aprovação, em sua totalidade, de um projeto institucional no Conselho Nacional de
239 Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): “Desafios interdisciplinares para o século
240 XXI”, no valor de R\$ 2,2 milhões, com 22 novas bolsas. Além disso, comunica que foi aprovado
241 junto à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um
242 programa que visa a fomentar, entre os anos de 2024 a 2026, as ações de extensão ligadas à
243 pesquisa e à pós-graduação, no valor de R\$ 453 mil. **Ordem do Dia:** Ata da II sessão
244 extraordinária do ConsUni, de 29 de março de 2022. O presidente questiona se há algum
245 apontamento acerca do documento. Não havendo comentários, encaminha a Ata para votação.
246 Ata aprovada com 11 abstenções. Ata da IV sessão extraordinária do ConsUni, de 31 de maio de
247 2022. O presidente questiona se há algum apontamento acerca do documento. A pró-reitora de
248 Administração, Sara Cid Mascareñas Alvarez, solicita que seja feito um ajuste no cabeçalho,
249 tendo em vista que estava de férias na data da sessão e quem representou a Pró-Reitoria de
250 Administração foi sua adjunta, Vanessa Cervelin. Ao que a Chefe da Divisão de Conselhos,
251 Fabiane Alves, acata a solicitação de alteração. Não havendo comentários adicionais, o
252 presidente encaminha a Ata para votação. Ata aprovada com 13 abstenções. Ata da IV sessão
253 ordinária do ConsUni, de 20 de setembro de 2022. O presidente questiona se há algum
254 apontamento acerca do documento. Não havendo comentários, encaminha a Ata para votação.
255 Ata aprovada com 13 abstenções. Ata da I sessão conjunta ConsUni e ConsePE, de 05 de
256 dezembro de 2023. O presidente questiona se há algum apontamento acerca do documento. Não
257 havendo comentários, encaminha a Ata para votação. Ata aprovada com 8 abstenções. Ata da I
258 sessão extraordinária do ConsUni, de 05 de dezembro de 2023. O presidente questiona se há
259 algum apontamento acerca do documento. Não havendo comentários, encaminha a Ata para
260 votação. Ata aprovada com 9 abstenções. Avaliação de desempenho da Fundação de
261 Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) referente ao exercício de 2023 e Renovação da
262 autorização da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) para atuar como fundação
263 de apoio da UFABC para o biênio 2024-2025. O presidente relembra a todos que a UFABC faz o
264 credenciamento de fundações de apoio para a consecução de seus projetos de pesquisa, ensino,
265 extensão e desenvolvimento institucional, sendo que a Fundep e a Fundação de Apoio à
266 Universidade Federal de São Paulo (FapUnifesp), são as duas fundações contratadas para esses
267 serviços. Ademais, esclarece que, pela correlação dos assuntos, os dois pontos de pauta serão
268 discutidos em bloco, porém votados separadamente e passa a palavra para o diretor da
269 InovaUFABC e relator da matéria, Fábio Danilo Ferreira, que inicia a apresentação da Avaliação
270 informando que o questionário fora enviado em janeiro deste ano aos 24 coordenadores de
271 projetos, dos quais obteve 19 respostas. Pormenoriza os dados presentes no documento e destaca
272 os principais itens: 74% dos respondentes consideraram que os impactos gerados pela gestão
273 administrativa foram positivos; 58% dos respondentes consideraram a qualidade dos materiais ou
274 serviços adquiridos bons; 58% dos respondentes consideraram adequado o tempo de
275 atendimento; 79% dos respondentes consideraram positivos os dados relativos ao gerenciamento
276 do projeto; 74% dos respondentes consideraram positivas as orientações dadas; 58% dos
277 respondentes consideraram adequada a plataforma da *web*; 53% dos respondentes consideraram
278 que houve economia de recursos com materiais adquiridos. Ressalta que dois dos pontos
279 negativos de maior destaque nas respostas obtidas foi a insatisfação no tempo entre a compra do
280 material e sua entrega e a dificuldade enfrentada no fluxo dos documentos, porém, pontua que
281 84% dos coordenadores aprovam a renovação da Fundep como fundação de apoio. Ademais,
282 relata que a Fundep atua desde 2009 na UFABC e durante muito tempo foi a única fundação de
283 apoio contratada, sendo que a autorização atual é válida até julho deste ano. Informa que,
284 atualmente, 37 projetos estão em andamento com a Fundep, cujo valor aproximado, tendo como
285 base o ano de 2023, é de R\$ 54 mil, £ 136 mil e US\$ 57 mil. Por fim, comunica que na reunião

286 realizada no dia 28 de fevereiro a Comissão Permanente de Convênios (CPCo) aprovou a
287 recomendação para a renovação da Fundep como fundação de apoio. Ainda, ressalta que os
288 problemas apontados nas avaliações anteriores estão sendo tratados e que alguns pontos já
289 surtiram efeito como a melhora no atendimento e na comunicação com os analistas, além disso,
290 informa que está prevista, em maio, a visita do presidente da Fundep à UFABC, no intuito de
291 apresentar um novo modelo de atendimento. Em discussão, são levantados os seguintes pontos:
292 1) manifesta-se descontentamento frente às porcentagens apresentadas na avaliação, tendo em
293 vista que alguns quesitos apresentarem valores na casa dos 50% apenas; 2) manifesta-se
294 descontentamento quanto à falta de opções de fundações de apoio, impossibilitando o
295 indeferimento da renovação da Fundep; 3) questiona-se a morosidade na melhoria dos pontos
296 negativos que são tratados com a Fundep; 4) sugere-se migrar parte dos projetos que estão sob a
297 guarda da Fundep para a FapUnifesp, tendo em vista que a avaliação desta última obteve
298 melhores resultados; 5) sugere-se o credenciamento de mais uma fundação de apoio, além
299 daquelas já cadastradas. O pró-reitor de Pesquisa, Wagner Carvalho, pontua que um dos grandes
300 avanços obtidos foi o credenciamento de mais uma fundação de apoio oferecendo opções em
301 algumas situações, tendo em vista que as próprias instituições impõem restrições nas atividades
302 em que farão acompanhamento e considera importante a manutenção de mais de uma fundação
303 de apoio, retirando a Fundep da situação cômoda a qual se encontrava. Fábio Ferreira ressalta
304 que apesar de a Fundep ter apresentado melhora nos serviços prestados, a UFABC não está
305 deixando de cobrar os pontos que ainda necessitam de aperfeiçoamento e acredita que o
306 alinhamento do entendimento do coordenador e de como ele pode obter um suporte adequado na
307 execução de seu projeto, pode ser um ponto impulsionador. Em complemento, o presidente,
308 Dácio Matheus, relembra que quando não havia outra opção de fundação de apoio, presenciou,
309 repetidamente, a discussão neste Conselho da conveniência e a necessidade do recredenciamento
310 da Fundep, porém constatou-se a essencialidade do serviço para a manutenção de alguns
311 projetos, mas, apesar de alguns itens ainda apresentarem valores de aprovação em torno de 50%,
312 percebe-se uma melhora dos números em relação à avaliação anterior. Quanto à avaliação da
313 FapUnifesp ter obtido resultados melhores, o relator confirma o apontamento feito, porém
314 esclarece que naquele momento havia um recorte muito pequeno a ser avaliado, com poucos
315 projetos coordenados. Não havendo comentários adicionais, o presidente encaminha a Avaliação
316 de desempenho da Fundep referente ao exercício de 2023, para votação. A Avaliação é aprovada
317 por unanimidade. Em seguida, o presidente encaminha para votação a renovação da autorização
318 da Fundep para atuar como fundação de apoio da UFABC para o biênio 2024-2025. A renovação
319 é aprovada por unanimidade. Minuta de Resolução que regulamenta os procedimentos de
320 interposição, apreciação e deliberação de recurso interposto ao Conselho Universitário
321 (ConsUni) por servidoras, servidores e discentes de acordo com os termos do Regimento Geral e
322 do Estatuto da UFABC. A relatora Guadalupe Maria Jungers Abib de Almeida traça um pequeno
323 histórico acerca das discussões ocorridas no Expediente da V sessão ordinária do ConsUni de
324 2023, quando o documento foi apresentado, motivado pela lacuna de normativas que
325 regulamentasse os procedimentos para apreciação de recursos pelo ConsUni. Elucida que a
326 maioria das propostas de alterações realizadas no documento já havia sido acatada pela
327 demandante, Carolina Pinho, durante o Expediente, e que as demais sugestões foram
328 incorporadas ao texto da melhor maneira possível, no intuito de que boa parte das solicitações
329 fosse contemplada. Pontua as principais alterações: i) padronização da redação em relação às
330 terminologias, a fim de evitar interpretações ambíguas, quanto às partes envolvidas, passando-se
331 a adotar “parte recorrente” e “parte recorrida”; ii) ampliação das regras para admissão de
332 recursos, presentes no Art. 8º; iii) explicitação do rito procedimental requerido da parte
333 recorrente, presentes no Art. 9º, além da imposição para que a parte recorrida se manifeste em
334 relação ao relato do histórico da ação que gerou o recurso; iv) alteração quanto ao parecer da

335 Procuradoria Jurídica acerca de inconsistências sanáveis e inconsistências insanáveis, presentes
336 no Art. 10º; v) supressão do Art. 12, devido à duplicidade de conteúdo; vi) explicitação dos
337 procedimentos e regras adotados nas sessões do ConsUni na apreciação dos recursos; vii)
338 transposição do texto “Da decisão final do ConsUni não caberá recurso” do Art. 8º para o Art.
339 18º. Por fim, a relatora, considerando a necessidade da regulamentação e que a estrutura e a
340 redação estão adequadas, manifesta-se favorável à aprovação do documento. Em discussão, os
341 conselheiros manifestam concordância quanto às alterações realizadas pela relatora. A
342 demandante, Carolina Pinho, agradece pelas contribuições de todos e à relatora por todo o
343 trabalho de compilar as sugestões, além de aperfeiçoar o documento em sua integralidade. Não
344 havendo comentários adicionais, o presidente encaminha o documento para votação. Resolução
345 aprovada por unanimidade. Expediente: Homologação do Ato Decisório ConsUni nº 254, que
346 prorroga a vigência do Plano Institucional de Internacionalização 2018-2023 por 1 (um) ano, a
347 contar de 1º de janeiro de 2024, aprovado ad referendum. O assessor de Relações Internacionais
348 e relator, Dalmo Mandelli, esclarece que em virtude de diversas demandas do governo para a
349 submissão de projetos associados ao Plano de Internacionalização, julgou-se adequada a
350 prorrogação do Plano, sobretudo quando, em conversa com a Pró-Reitoria de Planejamento e
351 Desenvolvimento Institucional (ProPlaDI), considerou-se apropriado que o Plano Institucional
352 de Internacionalização fosse discutido após a aprovação do novo Plano de Desenvolvimento
353 Institucional (PDI). Ademais, ressalta que a prorrogação deste Plano de Internacionalização foi
354 fundamental para a aprovação do Programa Institucional de Internacionalização – CAPES PrInt.
355 Findo o relato, não havendo comentários por parte do Conselho, o presidente sugere a promoção
356 do item à Ordem do Dia. Não havendo objeções, considera-se o item promovido. Não havendo
357 comentários adicionais na Ordem do Dia, o presidente encaminha a homologação do documento
358 para votação. A homologação do Ato Decisório ConsUni nº 254, que prorroga a vigência do
359 Plano Institucional de Internacionalização 2018-2023 por 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de
360 2024, aprovado *ad referendum*, é aprovada por unanimidade. Homologação do Ato Decisório
361 ConsUni nº 256, que autoriza o afastamento do país, com ônus para a UFABC, do professor
362 Dácio Roberto Matheus, reitor, no período de 03 a 11 de fevereiro de 2024, incluindo trânsito,
363 para participar do “14º Congresso Internacional de Educación Superior Universidad 2024”,
364 organizado pelo Ministério de Educação Superior de Cuba, no período de 05 a 09 de fevereiro de
365 2024, em Havana – Cuba, aprovado ad referendum. A secretária-geral, Carolina Pinho, esclarece
366 que a aprovação *ad referendum* deu-se em virtude da necessidade de execução de trâmites para a
367 organização da viagem do reitor com antecedência não compatível com o cronograma de
368 funcionamento do ConsUni. Não havendo comentários por parte do Conselho a vice-presidente,
369 Mônica Schröder, sugere a promoção do item à Ordem do Dia. Não havendo objeções,
370 considera-se o item promovido. Não havendo comentários adicionais na Ordem do Dia, a vice-
371 presidente encaminha o documento para votação. Ato Decisório ConsUni nº 256 homologado
372 por unanimidade. O presidente esclarece que sua participação neste evento, que acontece a cada
373 dois anos, ocorreu através de uma delegação de mais de 20 reitores e reitoras brasileiros. Informa
374 que no Congresso foram assinados cinco acordos de cooperação com universidades cubanas que
375 contemplam um rol de temas de interesse comum ao sul global, acerca das mudanças climáticas,
376 da soberania alimentar, do combate à pobreza, entre outros. Ademais, destaca a participação na
377 Conferência Regional de Educação Superior: preparação para a CRES+5, que aconteceu de 13 a
378 15 de março em Brasília, reunindo universidades da América Latina e Caribe e sugere a todos
379 que entrem na página da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
380 (Unesco) que contém os documentos aprovados, além de uma carta de Brasília que tem
381 estabelecido referências importantes para as políticas de educação superior, principalmente
382 reiterando a educação superior como um direito, sendo dever do Estado sua manutenção. Minuta
383 de Ato Decisório que altera o item 2.3 do Anexo da Resolução ConsUni nº 156. A relatora,

384 Carolina Pinho, esclarece que o item 2.3 do Anexo determinava que a data de posse dos novos
385 conselheiros eleitos fosse considerada a data de instalação oficial dos Conselhos, ou seja, 22 de
386 março, para o ConsUni, e 11 de abril, para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
387 (ConsEPE). Esta determinação, eventualmente, provocava dissonância entre as datas
388 estabelecidas na Resolução e as datas aprovadas nos calendários dos Conselhos Superiores. No
389 intuito de evitar alteração dos calendários depois de sua aprovação, considerou-se adequado
390 alterar o texto, que passa a ter a seguinte redação: “Considerar-se-á como início do mandato, a I
391 sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) e II sessão ordinária do Conselho de
392 Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE), conforme os calendários aprovados pelos respectivos
393 Conselhos Superiores”. Em complemento, o presidente esclarece que tanto a I sessão do
394 ConsUni, quanto a II sessão do ConsEPE, normalmente acontecem próximas às datas de
395 instalação dos Conselhos, justificando a escolha das reuniões. Em discussão, questiona-se o
396 porquê da determinação da posse no ConsEPE ser na II sessão ordinária, ao invés da I e se não
397 seria o momento adequado para esse ajuste, tendo em vista que os novos conselheiros
398 empossados aprovarão documentos discutidos por outros conselheiros no Expediente da I sessão
399 do ano. Em resposta aos comentários, a relatora esclarece que a determinação para que a posse
400 no ConsEPE seja na II sessão ordinária, deve-se ao fato de que esta reunião ser comumente
401 agendada próxima à data de instalação do Conselho, evitando que o texto fique dissonante
402 daquilo estabelecido anteriormente. Em complemento, o presidente elucida que o calendário dos
403 Conselhos não segue o calendário civil, isto é, as pautas não se esgotam ao final do ano.
404 Ademais, se a data de posse for alterada para a I sessão ordinária do ConsEPE, o mandato dos
405 conselheiros atuais seria encurtado em dois meses, pois a composição atual tomaria posse em
406 abril e a próxima composição eleita tomaria posse em fevereiro, quando ocorrem as primeiras
407 reuniões do ConsEPE. Esclarecida a dúvida e não havendo comentários adicionais, o presidente
408 sugere a promoção do item à Ordem do Dia. Não havendo objeções, o item é promovido. Na
409 ordem do Dia, pergunta se há sugestões de alterações ou novos questionamentos. Não havendo
410 comentários, o presidente encaminha o documento para votação. Ato Decisório que altera o item
411 2.3 do Anexo da Resolução ConsUni nº 156 aprovado por unanimidade. Regimento Geral da
412 Pós-graduação Lato Sensu da Universidade Federal do ABC. O relator, Charles Morphy,
413 esclarece, primeiramente, que os cursos de pós-graduação na UFABC são divididos em *stricto*
414 *sensu*, os cursos de Mestrado e Doutorado, e *lato sensu*, os cursos de especialização. Informa que
415 os cursos *lato sensu* na UFABC, até 2018, ficavam sob a tutela da Pró-Reitoria de Extensão e
416 Cultura (ProEC) e, na época, este Conselho criou a então Comissão de Aperfeiçoamento e
417 Especialização, que se debruçou na elaboração do Regimento e enfim, em 2019, o ConsUni
418 aprovou o documento e alterou o nome da comissão para Comissão de Especialização (CoE).
419 Ademais, o relator ressalta que naquela versão do Regimento, havia algumas Disposições
420 Transitórias, pois os cursos estavam migrando da ProEC para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação
421 (ProPG). Atualmente, com a criação de diversos novos cursos e turmas, além da alteração no
422 gerenciamento desses cursos, surgiu a necessidade premente da atualização do Regimento. No
423 ensejo, esclarece que o documento ficou mais sucinto, elaborado somente com aquilo
424 considerado absolutamente necessário para normatizar a criação e o funcionamento dos cursos
425 de Especialização. Em discussão, são levantados os seguintes questionamentos: 1) parabeniza-se
426 o demandante pela elaboração do documento e o cuidado acerca do histórico dos cursos *lato*
427 *sensu* na UFABC; 2) sugere-se, no parágrafo 2º do Art. 2º, a seguinte redação: “A CoE será
428 composta pelos membros conforme definidos na Resolução ConsUni nº 220/2022 ou outra que
429 venha a substituí-la”; 3) sugere-se Art. 3º, a alteração da palavra “competências” por
430 “atribuições”; 4) sugere-se, no parágrafo 1º do Art. 7º, que caso não sejam aceitos certificados ou
431 declarações de conclusão de curso superior também para cursos realizados em território nacional,
432 como está determinado para cursos de graduação realizados no exterior, esse trecho seja

433 transposto do parágrafo para o *caput* do artigo; 5) atenta-se, no Art. 7º, acerca do não aceite de
434 certificado ou declaração de conclusão de curso superior realizado em território nacional, pois
435 atualmente no Brasil as instituições de ensino superior têm até um ano para a emissão de
436 diplomas, podendo dificultar o acesso de alunos recém formados e sugere-se que a determinação
437 permaneça somente no parágrafo 1º que dita acerca de diplomas expedidos no exterior; 6)
438 questiona-se, acerca deste mesmo ponto, como serão tratados os casos de alunos refugiados, se
439 estas terão seus diplomas revalidados pela UFABC. Recorda-se que o Art. 44, da Lei 9.474, de
440 22 de julho de 1997, determina que o reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos
441 para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os
442 níveis devem ser facilitados, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada
443 pelos refugiados; 7) sugere-se, no Art. 7º, que o certificado ou declaração de conclusão de curso
444 superior seja aceito somente para a matrícula no curso, não para a obtenção do certificado; 8)
445 sugere-se, no Art. 10, que também seja explicitada que as horas de estágio não serão computadas
446 nas 360 horas de duração mínima do curso; 9) sugere-se, no inciso IV, do Art. 11, e no inciso
447 VII, parágrafo 2º, do Art. 12, a adição do termo “orçamentário”, após a palavra “materiais”,
448 tendo em vista as peculiaridades orçamentárias da administração pública; 10) questiona-se, no
449 Art. 12, a repetição nos parágrafos 1º e 2º, da anuência da Direção dos Centros envolvidos
450 atestando que a participação dos docentes envolvidos foi contemplada em seu planejamento
451 anual de carga didática; 11) atenta-se que a Resolução ConsEPE nº 232/2019, citada do Art. 12,
452 divide de maneira equânime os créditos entre os docentes da UFABC, pontuando-se que para
453 que isso ocorra é necessário um planejamento com seis meses de antecedência da oferta do curso
454 e sugere-se que isso esteja especificado no Regimento; 12) atenta-se que, ocasionalmente, os
455 coordenadores dos cursos são nomeados até 10 meses antes do início do curso, o que implica em
456 uma série de questões relacionadas ao cômputo de créditos, sugerindo-se que tais trâmites
457 estejam atrelados à Resolução ConsEPE nº 232/2019 e mais bem explicitados no Regimento; 13)
458 sugere-se, no parágrafo 1º, do Art. 13, a redução da porcentagem requerida de servidores
459 permanentes da UFABC no corpo docente dos cursos, de 50% para 33%, justificando-se que
460 essa determinação pode inviabilizar a abertura de alguns cursos, como no caso do curso de
461 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); 14) questiona-se como serão garantidos os 50% de
462 docentes da UFABC em editais ofertados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), por
463 exemplo; 15) entende-se que a intenção da determinação de que 50% do corpo docente seja
464 constituído por docentes da UFABC, seja zelar para que a maior parte do quadro de servidores
465 seja da instituição, sugere-se portanto, um novo parágrafo permitindo uma porcentagem menor
466 de docentes da UFABC, mediante justificativa; 16) questiona-se como será definida a
467 composição da coordenação dos cursos; 17) questiona-se como serão definidas as reofertas dos
468 cursos; 18) sugere-se, no Art. 18, onde se lê “São motivos para abonos de falta”, leia-se “São
469 justificativas para ausência nas aulas”; 19) questiona-se a necessidade do uso do termo “trabalho
470 de conclusão de curso / monografia”, pois se entende que monografia é uma forma de trabalho
471 de conclusão de curso; 20) questiona-se quem ficará responsável por analisar as
472 excepcionalidades. Em resposta aos comentários, o demandante agradece os conselheiros e
473 conselheiras e esclarece que a CoE entende que um curso de especialização ofertado pela
474 UFABC deve ter, pelo menos, 50% de docentes da casa, porém acredita que cursos de absoluta
475 importância como o de Libras e, a depender da maneira que o curso seja proposto, essa
476 porcentagem possa ser relativizada. Elucida que a CoE é a comissão responsável por receber
477 primeiramente a proposta de criação de um curso e será a responsável por emitir um parecer,
478 após uma avaliação acurada do Projeto Pedagógico e do Plano de Gestão, acerca da viabilidade
479 ou não para sua criação, porém é o ConsEPE o órgão responsável pela aprovação de novos
480 cursos. Quanto à proposta de alteração, no Art. 3º, de “competências” para “atribuições”, Charles
481 acata a sugestão. Quanto à sugestão de alteração no Art. 7º para a realocação do trecho do

482 parágrafo 1º que determina que não serão aceitos certificados ou declarações de conclusão de
483 curso superior, para o *caput* do artigo, o demandante ressalta que o Art. 28 prevê que os casos
484 omissos serão resolvidos pela CoE, ademais, acredita que como procedimento padrão, é
485 importante que o diploma seja apresentado, pois já houve problemas na Pós-Graduação de
486 alunos frequentando o curso há muito tempo, sem a apresentação do documento. Em
487 complemento, o presidente pontua que este não é caso omissos, e sim, uma determinação,
488 portanto, sugere que a ressalva dos casos excepcionais deva estar em um parágrafo específico ou
489 disposto em um artigo para que a emissão do certificado do curso esteja condicionada à
490 apresentação do diploma reconhecido. No intuito de acolher as propostas, Charles Morphy
491 propõe que seja adicionado um parágrafo único ao Art. 20 com a seguinte redação: “A emissão
492 do certificado fica condicionada à apresentação do diploma de graduação conforme define o Art.
493 7º do presente regimento”, além da adição de mais um artigo, de numeração 29, com o texto: “Os
494 casos excepcionais serão analisados pela CoE”. Ao que o presidente e conselheiros e
495 conselheiras sentem-se contemplados. Acerca da proposta de alteração no Art. 10 para que não
496 sejam computadas as horas de estágio, quando pertinentes, nas 360 horas dos cursos, o
497 demandante acata a sugestão, assim como a inclusão do termo “orçamentário” nos Art. 11 e 12.
498 Quanto à composição da coordenação dos cursos de especialização, Charles Morphy esclarece
499 que esse procedimento é determinado pela Portaria da ProPG nº 1696/2021 e acredita que não há
500 a necessidade de que sejam detalhados no Regimento. Acerca da repetição da anuência das
501 Direções dos Centros atestando que a participação dos docentes envolvidos foi contemplada em
502 seu planejamento anual de carga didática, presentes nos parágrafos 1º e 2º do Art. 12, esclarece
503 que, tendo em vista que o atestado recebe anuência da Direção dos três Centros, acredita ser
504 importante que conste em ambos os parágrafos, pois tratam de questões diferentes. Quanto à
505 reoferta dos cursos elucida que, considerando o Projeto Pedagógico aprovado, os Planos de
506 Gestão determinarão os regramentos de cada reoferta, após a aprovação pela CoE. Quanto às
507 sugestões de detalhar procedimentos relativos à Resolução ConsEPE nº 232/2019, acredita que
508 não seja profícua essa adição ao Regimento, uma vez que diz respeito ao planejamento anual.
509 Ressalta a todos que os cursos *lato sensu* são geridos e ofertados de maneira diferente dos cursos
510 *stricto sensu*, sendo que aqueles possuem particularidades na coordenação e são tratados oferta a
511 oferta. Acata a proposta de alteração no Art. 18, onde se lê “São motivos para abonos de falta”,
512 leia-se “São justificativas para ausência nas aulas”. Quanto ao uso do termo “trabalho de
513 conclusão de curso / monografia”, esclarece que se atendeu uma solicitação dos coordenadores
514 de cursos, pois são as terminologias mais comumente utilizadas. Findos os comentários,
515 considerando que foram feitas diversas sugestões de aprimoramento do texto, o presidente sugere
516 que o documento retorne na Ordem do Dia da próxima sessão do ConUni. Ao que Charles
517 Morphy solicita que o documento seja promovido para a Ordem do Dia, sendo retomado na
518 continuação desta sessão, tendo em vista a necessidade de aprovação do Regimento imposta pela
519 Capes para o financiamento de algumas reofertas de turmas. O presidente sugere, portanto, que o
520 Regimento seja apresentado, com as propostas de alterações acatadas, na continuação desta
521 sessão, na próxima terça-feira, dia 02 de abril. A sugestão é catada pelo demandante. Aprovação
522 da oferta do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Edital Capes nº 23/2023. A pró-
523 reitora de Graduação, Fernanda Cardoso, apresenta um histórico da proposta de curso. Esclarece
524 que o Edital Capes foi lançado em 22 de setembro de 2023, a proposta do curso foi aprovada na
525 plenária da Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) em 14 de dezembro, submetida a Capes
526 em 20 de dezembro e o resultado final da aprovação foi publicado em 15 de março de 2024.
527 Ressalta que existe um prazo exíguo para a aprovação desse curso, cuja data estipulada pela
528 Capes é 31 de agosto, pois lembra a todos que após a aprovação do curso pelo ConsUni, o
529 Projeto Pedagógico ainda deve ser aprovado pelo ConsEPE e, posteriormente, um Edital deve ser
530 aberto para a captação de alunos e bolsistas. No ensejo, ressalta que a autorização trazida é para

531 uma oferta única do curso, proporcionando de 30 a 60 vagas, que serão detalhadas no Edital da
532 UFABC, conforme os recursos orçamentários disponibilizados pela Capes. Com a palavra, a
533 proponente, Suze Piza, esclarece que esse edital provém do Plano Nacional de Formação de
534 Professores da Educação Básica (Parfor), implementado em diversas universidades e que visa a
535 formar professores que atuam em determinadas áreas, porém, sem a formação específica.
536 Informa que, em 2023, foi lançado, pela primeira vez, o Parfor Equidade que trouxe editais em
537 diversas licenciaturas como: Intercultural Indígena, Educação do Campo, Quilombola, Educação
538 Especial Inclusiva, Educação Bilíngue de Surdos. Informa que a intenção era a criação de mais
539 de um curso, todavia não foi possível devido ao curto prazo. Ressalta, ainda, que a criação da
540 licenciatura ocorreu em consequência dos laços da UFABC serem com comunidades do litoral
541 norte em que quilombolas e caiçaras trabalham juntos, tornando o curso em Educação do Campo
542 mais adequado para a situação. Informa que o curso habilita, o professor para ministrar aulas de
543 História, Geografia, Sociologia e Filosofia, tendo em vista ter enfoque, também, em ciências
544 humanas e sociais. Destaca que o curso será totalmente presencial, realizado em quilombos de
545 Ubatuba e São Sebastião, por meio da pedagogia da alternância com 70% realizado nas
546 comunidades e 30% na universidade. No intuito de facilitar o deslocamento, foi firmada uma
547 parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) *campus* de São José dos Campos,
548 localizada mais próxima das comunidades. Ademais, comunica que o curso contou com o apoio
549 do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NEAB) e sua aprovação abre a possibilidade
550 para que outros cursos do Parfor sejam submetidos, uma vez que o programa estará instalado na
551 UFABC. Destaca que os docentes não necessitam ser somente da UFABC, sendo desejável que o
552 curso tenha professores especializados dos territórios, inclusive, o Edital permite que mestres de
553 notório saber das comunidades deem aula. Por fim, a proponente destaca a relevância do projeto
554 para o Ensino, Pesquisa e Extensão e para o fortalecimento das licenciaturas, principalmente para
555 qualificar o debate interno das metodologias diferenciadas no ensino superior que nos últimos
556 anos tem se reduzido à discussão da utilização de tecnologias de comunicação. Em
557 complemento, o Paulo Sérgio da Costa Neves ressalta que a UFABC está dando os primeiros
558 passos nesse tipo de projeto, porém eles já existem desde os anos de 90, e cujo impacto nas
559 comunidades é substancial, além de um impacto político importante para a UFABC, pois mostra
560 o compromisso da instituição com a inclusão e com a ampla discussão acerca da cidadania. O
561 presidente lembra a todos que a discussão se refere à autorização para a oferta única do curso
562 citado, nos termos colocados pelos proponentes e que o Projeto Pedagógico, que inclui a
563 metodologia aplicada, ainda será apreciado pelo ConsEPE. Em discussão, os conselheiros
564 parabenizam os demandantes pela iniciativa e levantam os seguintes questionamentos: 1)
565 questiona-se sobre a falta de documentação enviada aos conselheiros para melhor análise e
566 aprovação do curso; 2) questiona-se acerca do trâmite utilizado para a aprovação de novos
567 cursos; 3) questiona-se se o curso terá ligação com os cursos pós-Licenciaturas
568 Interdisciplinares; 4) ressalta-se que a submissão da aprovação desse tipo de curso ao ConsUni é
569 estranha ao Conselho, porém é prática habitual em outras universidades federais e garante o
570 vínculo orçamentário presente no Edital no qual o curso foi aprovado; 5) atenta-se que no item 2
571 do Projeto Pedagógico estão especificados 24 quadrimestres para a integralização do curso,
572 porém esse prazo não estará contemplado na vigência do Edital, sugerindo-se uma adequação do
573 prazo; 6) ressalta-se que esse curso marca um acesso à UFABC diversa ao Sistema de Seleção
574 Unificada (SiSU); 7) questiona-se se os alunos desse curso ficarão juntos com os alunos da
575 Licenciatura em Ciências Humanas (LCH); 8) questiona-se quanto à sobrecarga dos docentes de
576 algumas disciplinas, tendo em vista que já possuem turmas lotadas. Em resposta ao primeiro
577 comentário, o presidente esclarece que o Projeto Pedagógico, aprovado pela Capes, foi enviado
578 aos conselheiros e conselheiras e contém todas as informações pertinentes para a aprovação do
579 curso. Fernanda Cardoso informa que nas próximas submissões análogas enviará um ofício

580 contendo um histórico do curso. Ademais, esclarece que, quando o Projeto Pedagógico do Curso
581 foi construído, houve a preocupação de que apresentasse a interdisciplinaridade característica da
582 UFABC, portanto, a parte inicial do projeto reproduz a matriz curricular da LCH, porém o
583 produto esperado pelo Edital é formar um licenciado em Educação do Campo. Em complemento,
584 Suze Piza destaca os benefícios que este curso pode trazer aos estágios das Licenciaturas. Quanto
585 ao ajuste do prazo de integralização do curso para se adequar à vigência do Edital, a demandante
586 acata a proposta. Ademais, informa que os alunos farão a opção das disciplinas por assembleia,
587 não individualmente, isto é, os alunos terão algumas ofertas possíveis e escolherão juntos qual
588 opção cursar, porém será garantida a possibilidade das disciplinas optativas e livres. Lembra
589 que a maioria das aulas será ministrada nas comunidades, não na UFABC, o que mitiga o
590 impacto da infraestrutura das salas de aula na Universidade. Dado o adiantado da hora, o
591 presidente sugere retomar a discussão do item na continuação da sessão. Ao que as demandantes
592 assentem à sugestão. Por fim, o presidente informa que a chapa composta pelas conselheiras
593 Guadalupe Maria Jungers Abib de Almeida (titular) e Melissa Cristina Pereira Graciosa
594 (suplente) ofereceram-se para representação docente na Canoa. O presidente questiona o
595 Conselho se há alguma objeção à candidatura. Não havendo objeções, considera-se a
596 representação homologada. A indicação é celebrada com uma salva de palmas. Como nenhum
597 dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos e encerra
598 a reunião às 18h17.-----

599 Aos 02 dias do mês de abril do ano de 2024, no horário das 14h, na Sala dos Conselhos, Torre 1
600 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos Estados, 5001,
601 Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a continuação da I sessão
602 ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da Universidade Federal do ABC (UFABC) do
603 ano 2024, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, Dácio Roberto Matheus,
604 com a presença dos seguintes conselheiros: Mônica Schröder, vice-reitora; Ana Lúcia Geraldo,
605 representante titular técnica-administrativa; Anderson Orzari Ribeiro, representante titular
606 docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Bruna Mendes de Vasconcellos,
607 representante suplente docente do CCNH; Charles Morphy Dias dos Santos, pró-reitor de Pós-
608 Graduação; Claudia Regina Vieira, pró-reitora de Assuntos Comunitários e Políticas
609 Afirmativas; Daniel Mendes Gomes, representante suplente docente do CCNH; Daniel
610 Pansarelli, pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Edson Pinheiro
611 Pimentel, pró-reitor de Extensão e Cultura; Érica Terceiro Cardoso, representante suplente
612 técnica-administrativa; Fernanda Graziella Cardoso, pró-reitora de Graduação; Fernando Luís da
613 Silva Semião, representante titular docente do CCNH; Francisco José Gozzi, representante titular
614 docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Gabriel dos Reis Santos,
615 representante suplente discente de Graduação; Gilberto Marcos Antônio Rodrigues,
616 representante titular docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas
617 (CECS); Guadalupe Maria J. A. de Almeida, representante titular docente do CECS; Kananda
618 Alves Santos, representante titular discente de Graduação; Ketelyn Karina Silva, representante
619 titular discente de Graduação; Leonardo José Steil, representante suplente docente do CCNH;
620 Márcio Fabiano da Silva, representante titular docente do CMCC; Maria Fernanda Meneguelli
621 Soella, representante titular discente de Graduação; Maria Isabel M. V. Delcolli, representante
622 titular técnica-administrativa; Nazar Arakelian, representante titular docente do CMCC; Paulo
623 Sérgio da Costa Neves, representante suplente docente do CECS; Regimeire Maciel,
624 representante titular docente do CECS; Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha, diretor do
625 CCNH; Sara Cid Mascareñas Alvarez, pró-reitora de Administração; Tatiana Lima Ferreira,
626 diretora do CMCC; Vladislav Kupriyanov, representante suplente docente do CMCC; Wagner
627 Alves Carvalho, pró-reitor de Pesquisa. Ausências justificadas: Caroline Barbosa Silvério,
628 representante titular técnica-administrativa; Cristiane Otero Reis Salum, representante titular

629 docente do CMCC; Marcelo Furlin, membro da comunidade civil externa. Ausentes: Cristina
630 Froes de Borja Reis, representante titular docente do CECS; Luiz Renato Martins da Rocha,
631 representante titular docente do CMCC; Márcia Aparecida Sperança, representante titular
632 docente do CCNH; Marcos Vinícius Pó, diretor do CECS; Nivaldo Benedito Ferreira Campos,
633 representante titular docente do CECS; Sílvia Monice Muiramomi, membro da comunidade civil
634 externa; Tamara Jarosi Handajevsky, representante titular discente de Pós-Graduação; Vitor
635 Gabriel Bucieri Theodoro, representante titular discente de Pós-Graduação. Não votantes: Felipe
636 Alencar, coordenador-geral do SinTUFABC; Carolina Moutinho Duque de Pinho, secretária-
637 geral; Felipe W. F. de Alencar, coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores das
638 Universidades Federais do ABC (SinTUFABC); João Paulo Gois, pró-reitor adjunto de Pós-
639 Graduação; Paulo Henrique de Sousa Pinheiro, representante suplente discente de Graduação.
640 Apoio administrativo: Fabiana Vallini, chefe substituta da Divisão de Conselhos, Jeanderson
641 Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes em administração da Divisão de
642 Conselhos da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente abre a sessão às 14h16,
643 recordando que na data de hoje, no *campus* de São Bernardo do Campo, acontecerá o evento “60
644 anos do golpe: não esquecer para nunca mais acontecer” em memória do golpe cívico-militar que
645 imputou ao país 21 anos de ditadura e convida a todos a acompanharem os atos. Em seguida,
646 retomam-se as discussões acerca da Aprovação da oferta do curso de Licenciatura em Educação
647 do Campo - Edital CAPES nº 23/2023. A pró-reitora de Graduação Fernanda Cardoso relembra
648 que este ponto de pauta refere-se a uma oferta única do curso, conforme explicitado no Edital,
649 que ofertará de 30 a 60 vagas, a depender do recurso orçamentário disponibilizado pela Capes,
650 sendo a oferta do curso aprovada pelo ConsUni e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC)
651 submetido ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConSEPE). Conforme esclarecido na
652 reunião anterior, recorda que, de acordo com o calendário do Edital, o curso deve ter início entre
653 01º de junho e 31 de agosto, porém, achou-se produtora que, na UFABC, o curso tivesse início
654 no 3º quadrimestre, isto é, próximo ao dia 15 de setembro. Em discussão, são levantados os
655 seguintes pontos: 1) questiona-se qual a logística elaborada para o transporte dos docentes até as
656 comunidades onde o curso será ministrado; 2) questiona-se como serão ofertadas as disciplinas,
657 se acompanharão o modelo realizado na UFABC; 3) questiona-se como serão feitos os
658 pagamentos dos docentes. Em resposta aos comentários, Suze Piza esclarece que este Edital
659 contém uma especificidade, pois o curso pode contar com docentes da própria comunidade, não
660 apenas professores da universidade. Informa que estão pensando em organizar o 1º quadrimestre
661 de maneira a formar duplas de docentes, sendo um deles da UFABC e o outro do território, no
662 intuito de facilitar o processo. Ademais, ressalta que a ideia é de que as disciplinas sejam
663 ministradas preferencialmente aos finais de semana, porém a princípio decidiu-se por três noites
664 e um final de semana por mês, pontuando que a Educação do Campo possibilita que outras
665 atividades sejam feitas, além das aulas, mediadas por docentes. Elucida que os professores da
666 UFABC receberão uma bolsa da Capes e que parte dos recursos orçamentários serão
667 disponibilizados para o pagamento de diárias e transporte. Todavia, alega que o planejamento
668 será feito quadrimestre a quadrimestre ou ano a ano, tendo em vista este ser o primeiro projeto
669 realizado desta maneira na UFABC. Com relação ao pagamento dos docentes, esclarece que será
670 realizado diretamente pela Capes e depositado na conta bancária do professor, sendo da UFABC
671 ou do território. Não havendo novos comentários, o presidente sugere a promoção do item à
672 Ordem do Dia. Não havendo objeções, o item é promovido. Na Ordem do Dia, questiona-se
673 acerca do parecer de avaliação da proposta. Ao que a demandante informa que o parecer de
674 avaliação não apresentou dados precisos, porém, a UFABC estava muito bem avaliada e não
675 continha nenhum questionamento quanto ao PPC apresentado. Findas as manifestações, o
676 presidente encaminha o documento para votação. A oferta do curso de Licenciatura em
677 Educação do Campo - Edital CAPES nº 23/2023 é aprovada por unanimidade. Dácio Matheus

678 parabeniza toda a equipe envolvida na elaboração do projeto e ressalta a importância da inserção
679 da extensão em todas as dimensões da UFABC, tanto em cursos de aperfeiçoamento, quanto
680 cursos de graduação e de especialização. Enfatiza a importância de a universidade compreender
681 a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nessa perspectiva das demandas da
682 sociedade que são, por vezes, conjunturais, mas que necessitam capacitação da comunidade
683 acadêmica, no intuito de atender aos chamamentos que acontecem através desses editais que
684 voltam a ter a sensibilidade de atender demandas sociais. Regimento Geral da Pós-graduação
685 Lato Sensu da Universidade Federal do ABC. O pró-reitor de Pós-Graduação, Charles Morphy,
686 comunica que o documento encaminhado aos conselheiros foi reformulado e contém todas as
687 sugestões acatadas, realizadas na primeira parte desta sessão. Destaca que, apesar da vasta
688 discussão ocorrida, não foram realizadas muitas propostas de alteração no texto, assim, sugere
689 promoção do item à Ordem do Dia. Em discussão, são levantados os seguintes pontos: 1) aponta-
690 se que a criação do Art. 29, que trata das excepcionalidades, pode gerar o risco de que tudo seja
691 transformado em caso excepcional, sugerindo-se sua exclusão; 2) sugere-se, no Art. 3º, a
692 inclusão de mais um inciso com o seguinte texto “Aprovar e publicizar o número total de
693 créditos previstos para oferecimento em um ano, conforme Resolução ConsEPE nº 232/2019 ou
694 outra que venha substituí-la”; 3) sugere-se, no Art. 12, a inclusão tanto no parágrafo 1º quanto no
695 parágrafo 2º, de mais um inciso com seguinte texto: “Previsão de carga didática do quadro
696 docente pertencente ao corpo permanente da UFABC ao longo do período de oferecimento do
697 curso”; 4) sugere-se, no Art. 12, a inclusão tanto no parágrafo 1º quanto no parágrafo 2º, de mais
698 um inciso com seguinte texto “Anuência dos Centros envolvidos que a participação do corpo
699 docente permanente será contemplada em seu planejamento de carga didática, respeitados os
700 ditames da Resolução ConsEPE nº 232/2019”; 5) sugere-se, no Art. 24, a inclusão de mais um
701 parágrafo o texto “Caberá à ProPG manter informação atualizada sobre as coordenações de
702 curso, prazos de mandato e eventuais conversões de carga didática conforme a Resolução
703 ConsEPE nº 241/2020 ou outra que venha substituí-la”; 6) sugere-se, no Art. 13, a inclusão de
704 outro parágrafo com o texto “Situações em que não seja possível atender o percentual mínimo
705 descrito no parágrafo 1º e as excepcionalidades descritas no parágrafo 2º deverão ser deliberadas
706 pela CoE”; 7) chama-se atenção para os cursos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), tendo
707 em vista suas particularidades quanto ao corpo docente, tornando, eventualmente, difícil o
708 cumprimento da regra de 50% de professores da UFABC; 8) questiona-se no inciso VI,
709 parágrafo 1º, Art. 12, o porquê da solicitação dos nomes dos servidores participantes, se no
710 inciso VIII já solicita o parecer dos Centros acerca dos docentes envolvidos. Em resposta aos
711 comentários, Charles Morphy acata a proposta de inserção de mais um parágrafo no Art. 13
712 tratando das excepcionalidades, além de acatar a proposta de exclusão do Art. 29. No ensejo,
713 informa que se deve levar em consideração que a responsabilização e a execução de um curso é
714 compartilhada pela CoE, pelos Centros, pelas Coordenações e pelo Núcleo Educacional de
715 Tecnologias e Línguas (Netel), de modo que isso deve refletir nos artigos do Regimento.
716 Ademais, acata a proposta de inserção de outro inciso no Art. 3º, acerca da publicização dos
717 créditos previstos, porém destaca que os cursos não começam todos em um mesmo momento,
718 portanto, não será possível passar com acurácia o planejamento anual, tendo em vista que a
719 dinâmica dos cursos de especialização é diferente dos cursos *stricto sensu* e de Graduação.
720 Quanto ao Art. 12, acata a sugestão de inserção de um novo inciso no parágrafo 2º, porém com o
721 texto “Previsão de carga didática do quadro docente pertencente ao corpo permanente da
722 UFABC ao longo do período de oferecimento do curso”, pois acredita que o texto está mais
723 condizente somente com este parágrafo, uma vez que trata do Plano de Gestão, não havendo
724 necessidade de inserir esse texto no parágrafo 1º que trata do PPC. Acerca da outra proposta de
725 inserção de incisos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 12, solicitando a anuência dos Centros
726 envolvidos que a participação do corpo docente permanente será contemplada em seu

727 planejamento de carga didática, acredita não ser pertinente, tendo em vista já haver um inciso
728 com o mesmo texto. O Conselho acata essas sugestões. O presidente reitera que,
729 conceitualmente, o PPC é um documento estático que perdura enquanto a proposta pedagógica
730 do curso permanece e o Plano de Gestão resolve questões dinâmicas como a mudança do corpo
731 docente, regras de financiamento e bolsas a cada oferta. Ademais, avalia que especificar no
732 Regimento da CoE regramentos presentes na Resolução ConsEPE nº 232/2019 pode ser um
733 facilitador na divulgação de informações entre os responsáveis pelo curso, a ProPG e os Centros.
734 Acata a solicitação de adição de um parágrafo no Art. 24 para a ProPG manter informação
735 atualizada sobre as coordenações de curso. Acerca do questionamento do inciso VI, parágrafo 1º,
736 Art. 12 conter a solicitação dos nomes dos servidores participantes, deve-se ao fato de que
737 técnicos-administrativos (TA) também poderão fazer parte do corpo docente quando sua
738 qualificação permitir. Entendendo que todas as questões foram sanadas e as propostas de
739 alterações discutidas e acordadas entre as partes, o presidente sugere a promoção do item para a
740 Ordem do Dia. Não havendo objeções, o item é promovido. Na Ordem do Dia, o presidente
741 questiona o Conselho se há novas propostas de alterações. Não havendo comentários adicionais,
742 encaminha o documento para votação. Regimento Geral da Pós-graduação *lato sensu* da UFABC
743 aprovado por unanimidade. Ato decisório que autoriza a Reitoria a proceder às tratativas e
744 avaliações necessárias para o recebimento de terreno a ser doado pela Prefeitura Municipal de
745 Santo André. O presidente ressalta que, considerando a autonomia administrativa das
746 Universidades Federais, garantida por lei, é atribuição do ConsUni deliberar acerca do ponto em
747 questão. Com a palavra, o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Daniel
748 Pansarelli, informa que o Ofício da Prefeitura de Santo André presente nas cláusulas de
749 promulgação do Ato Decisório enviado aos conselheiros e conselheiras é a resposta a um Ofício
750 da UFABC no intuito de formalizar a doação que há muito vem sendo tratada entre as partes.
751 Esclarece que, como resultado dessa longa tratativa, a Prefeitura formalizou a disponibilidade
752 para a doação de mais um terreno à UFABC, com vistas à expansão das atividades. Expansão
753 esta que está ancorada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFABC, aprovado
754 recentemente, cujo capítulo referente à Infraestrutura traz a determinação de que deve acontecer
755 prioritariamente em áreas adjacentes aos *campi* de Santo André e São Bernardo. Elucida que o
756 caso tratado relaciona-se a uma possível expansão na continuidade do Eixo Tamandatehy.
757 Contudo, informa que a Classificação Fiscal dos imóveis colocada no Ofício da Prefeitura, gerou
758 certa confusão, uma vez que o terreno das tratativas se referia ao que hoje é o canteiro de obras
759 entre o Viaduto Castelo Branco e o Moinho São Jorge. Em resposta, a Prefeitura informou que
760 um dos terrenos apontado coincide com uma parte do Terminal Rodoviário, que não é
761 amplamente utilizado, sobretudo ao lado da Avenida dos Estados e o outro terreno indicado fica
762 na Avenida Prestes Maia. Este último, acredita-se ter sido um erro de digitação na Classificação
763 Fiscal, pois fica fora do Eixo Tamandatehy. Como alternativa, informa Daniel, o que está sendo
764 solicitado no ato decisório é a autorização para a continuidade das tratativas e análises técnicas
765 dos terrenos, pois se a doação se referir a um terreno em uma área incompatível, não interessa à
766 UFABC e se for um terreno no Eixo Tamandatehy, é necessário que seja realizada uma
767 avaliação técnica da viabilidade para a expansão da UFABC. Comunica que não há a expectativa
768 de uma ocupação imediata desses espaços, levando-se em consideração, principalmente, a
769 situação orçamentária apresentada na reunião anterior. Além disso, existem obras a serem
770 consolidadas dentro dos *campi* vigentes. Porém, pensando que o PDI é um plano elaborado para
771 dez anos, pontua que ser bastante razoável ter um avanço na conquista de um terreno para onde a
772 UFABC possa expandir. Em complemento, o presidente destaca a oportunidade apresentada,
773 através da manifestação formal da Prefeitura, na doação desse terreno que agora poderá passar
774 por uma avaliação técnica. Em discussão, os conselheiros saúdam a todos os envolvidos nas
775 tratativas para a concretização da doação do terreno e levantam os seguintes pontos: 1) solicita-

776 se que sejam realizados informes nas próximas reuniões para atualização quanto às tratativas; 2)
777 solicita-se atenção às Classificações Fiscais dos imóveis fornecidas pela Prefeitura, no intuito de
778 evitar equívocos quanto aos terrenos doados. Em resposta, Daniel Pansarelli reitera o
779 compromisso em manter o Conselho atualizado quando houver novidades a serem apresentadas.
780 Com relação à atenção aos imóveis a serem doados, esclarece que o ato decisório tenta restringir
781 as possibilidades no Art. 1º quando autoriza a Reitoria a proceder às tratativas e avaliações
782 técnicas necessárias para o recebimento de terreno a ser doado pela Prefeitura Municipal de
783 Santo André, localizado no Eixo Tamanduatehy, ou seja, a autorização está circunscrita ao eixo.
784 Caso se confirme que a Prefeitura tem a intenção de fazer doação em outras localidades, novo
785 ato decisório será trazido ao ConsUni para deliberação. Não havendo comentários adicionais, o
786 presidente sugere a promoção do item para a Ordem do Dia. Não havendo objeções, o item é
787 promovido. Na Ordem do Dia, não há novos pedidos de esclarecimentos. Desse modo, o
788 presidente encaminha o documento para votação. O ato decisório que autoriza a Reitoria a
789 proceder às tratativas e avaliações necessárias para o recebimento de terreno a ser doado pela
790 Prefeitura Municipal de Santo André é aprovado por unanimidade. **Pequeno Expediente:**
791 **Apresentação da Proposta de Reestruturação de Carreira dos Técnicos Administrativos em**
792 **Educação enviada ao Ministério de Gestão e Inovação em 03/10/23.** O presidente esclarece a
793 todos que os assuntos presentes no Pequeno Expediente não cabem deliberação, porém são
794 relevantes para apresentação à comunidade e pertinentes à vida Universitária. Informa que esta
795 apresentação foi feita previamente para a Reitoria e para a Associação Nacional dos Dirigentes
796 das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e considerou-se pertinente trazer ao
797 ConsUni para conhecimento de todos acerca da situação. Ademais, comunica que recebeu hoje o
798 relatório da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira dos Técnicos Administrativos em
799 Educação, ressaltando que este relatório foi entregue ao Ministério de Gestão e Inovação na
800 semana passada e espera que o documento possa gerar subsídios no avanço das tratativas com o
801 Governo. Com a palavra, o coordenador-geral do SinTUFABC, Felipe Alencar, agradece pelo
802 espaço viabilizado nesta reunião e à Reitoria que se mantém aberta ao diálogo, fato de
803 fundamental importância em tempos de greve. Apresenta tabela que representa a malha salarial
804 que os Técnicos Administrativos em Educação (TAE) percorrem ao longo da carreira. Esclarece
805 que o Plano de Carreira dos Cargos técnico-administrativos em Educação (PCCTAE) não se
806 refere somente à tabela salarial, mas também a um conjunto de condições de trabalho, princípios
807 e ética da carreira TAE que caracteriza a maior categoria dentro do Poder Executivo Federal com
808 cerca de 224 mil servidores, representando 18,57% de todo serviço público federal. Ademais,
809 informa que desde a criação do PCCTAE, em 2005, 82% dos cargos pertencentes à carreira
810 foram extintos, acarretando na terceirização desses cargos e consequente precarização do
811 trabalho. Com relação à remuneração, informa que não há recomposição salarial desde o
812 Governo do então presidente Michel Temer. Ainda, de acordo com levantamento, é a menor
813 remuneração do serviço público federal, gerando o maior índice de desligamento, que em 2023
814 ficou em torno de 75% de evasão. Do ponto de vista econômico, comunica que a carreira
815 PCCTAE tornou-se insustentável para o Governo, tendo em vista a maneira de progressão a qual
816 a malha salarial foi organizada, não sendo ao acaso que o governo selecionou o plano de carreira
817 TAE para fazer parte das negociações para sua reestruturação, no intuito de gerar uma política de
818 equidade. Ressalta que o movimento dos TAE reivindica a recomposição das perdas
819 inflacionárias, a redução do interstício de progressão de 18 meses para 12 meses, piso de três
820 salários mínimos, reajuste dos percentuais de incentivo à qualificação, ampliação de IV para VIII
821 níveis de capacitação, implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) na
822 carreira, correlação entre os níveis D e E e construções de cenários que não gerem riscos no
823 reposicionamento. Ademais, informa que a verticalização da matriz salarial reivindicada, permite
824 que todos os servidores alcancem o teto da carreira pelo tempo, evitando perdas salariais que

825 podem chegar até 12,15% caso o servidor são finalize todas as capacitações antes da
826 aposentadoria, além disso, a lateralização dos pisos garante que os efeitos de ganhos financeiros
827 oriundos de aumentos dos degraus na matriz sejam os mesmos para os três níveis de
828 classificação da tabela. Por fim, agradece a todos pela compreensão e o apoio à greve que ainda
829 não tem previsão de término, porém informa que há boas sinalizações dos consensos que foram
830 firmados nas diversas reuniões com o Governo. O presidente reitera as palavras de Felipe
831 Alencar, destacando a importância dos dados apresentados, além da importância e da
832 legitimidade das reivindicações que refletem uma preocupação com a própria manutenção e
833 sustentação das instituições públicas de ensino superior. Em discussão os conselheiros TA
834 agradecem o apoio dos alunos e dos docentes e convidam a todos a participarem dos atos de suas
835 categorias, tendo em vista que em breve os docentes reunir-se-ão para decidir se também irão
836 aderir à greve, ampliando o movimento, dando esperança que esta ampliação faça a greve durar
837 menos. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a
838 presença de todos e encerra a sessão às 16h29. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira
839 Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello
840 Semmelmann, assistentes em administração, em conjunto com a secretária-geral, Carolina
841 Moutinho Duque de Pinho, lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo Conselho.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Katia Tonello Semmelmann
Assistente em Administração

Carolina Moutinho Duque de Pinho
Secretária-Geral